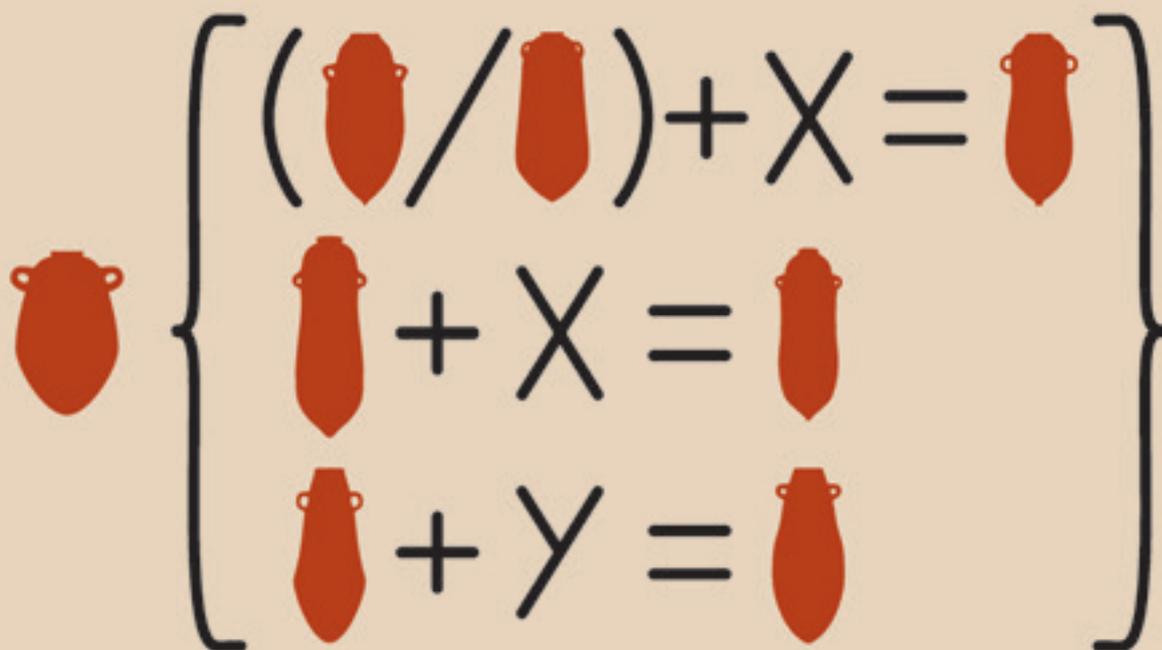


SPAL MONOGRAFÍAS ARQUEOLOGÍA
XXXIX

FRANCISCO JOSÉ GARCÍA FERNÁNDEZ
ANTONIO MANUEL SÁEZ ROMERO
(coordinadores)

LAS
ÁNFORAS
TURDETANAS

Actualización tipológica
y nuevas perspectivas



Las ánforas turdetanas

COLECCIÓN SPAL MONOGRAFÍAS ARQUEOLOGÍA

DIRECTOR DE LA COLECCIÓN

Ferrer Albelda, Eduardo

CONSEJO DE REDACIÓN

Álvarez Martí-Aguilar, Manuel. Universidad de Málaga

Álvarez-Ossorio Rivas, Alfonso. Universidad de Sevilla

Belén Deamos, María. Universidad de Sevilla

Beltrán Fortes, José. Universidad de Sevilla

Ferrer Albelda, Eduardo. Universidad de Sevilla

Garriguet Mata, José Antonio. Universidad de Córdoba

Gavilán Ceballos, Beatriz. Universidad de Huelva

Oria Segura, Mercedes. Universidad de Sevilla

Pereira Delgado, Álvaro. Facultad de Teología San Isidoro. Archidiócesis de Sevilla

Vaquerizo Gil, Desiderio. Universidad de Córdoba

COMITÉ CIENTÍFICO

Arruda, Ana Margarida. Universidade de Lisboa

Bonnet, Corinne. Universidad de Toulouse

Cardete del Olmo, M.^a Cruz. Universidad Complutense de Madrid

Celestino Pérez, Sebastián. Instituto de Arqueología de Mérida, CSIC

Chapa Brunet, Teresa. Universidad Complutense de Madrid

Díez de Velasco Abellán, Francisco. Universidad de la Laguna

Domínguez Monedero, Adolfo J. Universidad Autónoma de Madrid

Garbati, Giuseppe. CNR, Italia

Marco Simón, Francisco. Universidad de Zaragoza

Montero Herrero, Santiago C. Universidad Complutense de Madrid

Mora Rodríguez, Gloria. Universidad Autónoma de Madrid

Tortosa Rocamora, Trinidad. Instituto de Arqueología de Mérida, CSIC

FRANCISCO JOSÉ GARCÍA FERNÁNDEZ
ANTONIO MANUEL SÁEZ ROMERO
(COORDINADORES)

Las ánforas turdetanas

Actualización tipológica y nuevas perspectivas

SPAL MONOGRAFÍAS ARQUEOLOGÍA
Nº XXXIX



Sevilla 2021

Colección: Spal Monografías Arqueología
Núm.: XXXIX

COMITÉ EDITORIAL:

Araceli López Serena
(Directora de la Editorial Universidad de Sevilla)
Elena Leal Abad
(Subdirectora)
Concepción Barrero Rodríguez
Rafael Fernández Chacón
María Gracia García Martín
Ana Ilundáin Larrañeta
María del Pópulo Pablo-Romero Gil-Delgado
Manuel Padilla Cruz
Marta Palenque Sánchez
María Eugenia Petit-Breuilh Sepúlveda
José-Leonardo Ruiz Sánchez
Antonio Tejedor Cabrera

Reservados todos los derechos. Ni la totalidad ni parte de este libro puede reproducirse o transmitirse por ningún procedimiento electrónico o mecánico, incluyendo fotocopia, grabación magnética o cualquier almacenamiento de información y sistema de recuperación, sin permiso escrito de la Editorial Universidad de Sevilla.

Diseño del motivo de cubierta: Blanca del Espino Hidalgo.

© Editorial Universidad de Sevilla 2021

C/ Porvenir, 27-41013 Sevilla.

Tlfs.: 954 487 447; 954 487 451; Fax: 954 487 443

Correo electrónico: eus4@us.es

Web: <<https://editorial.us.es>>

© Francisco José García Fernández y Antonio Manuel Sáez Romero
(coordinadores) 2021

© De los textos, los autores 2021

Impreso en papel ecológico

Impreso en España-Printed in Spain

ISBN: 978-84-472-3096-9

Depósito Legal: SE 1892-2021

Diseño de cubierta y maquetación: santi@elmaquetador.es

Impresión: Podiprint

Índice

Presentación

FRANCISCO JOSÉ GARCÍA FERNÁNDEZ Y ANTONIO MANUEL SÁEZ ROMERO	9
---	---

Las ánforas turdetanas: testigos de una economía en transición

ENRIQUE GARCÍA VARGAS Y EDUARDO FERRER ALBELDA	15
--	----

Las ánforas turdetanas “tipo Macareno” en el Bajo Guadalquivir

FRANCISCO JOSÉ GARCÍA FERNÁNDEZ, VIOLETA MORENO MEGÍAS Y ENRIQUE GARCÍA VARGAS	33
---	----

Alfares prerromanos en Carmona (Sevilla)

MARÍA BELÉN-DEAMOS, ELISABET CONLIN HAYES, RICARDO LINEROS ROMERO Y JUAN MANUEL ROMÁN RODRÍGUEZ	63
--	----

Ánforas Pellicer B-C y D en la Tierra Llana onubense: estado de la cuestión

CLARA TOSCANO-PÉREZ Y JUAN MANUEL CAMPOS CARRASCO.....	89
--	----

Ánforas turdetanas del valle del Guadalete a partir del asentamiento de Torrevieja (Villamartín, Cádiz)

JOSÉ MARÍA GUTIÉRREZ LÓPEZ Y MARÍA CRISTINA REINOSO DEL RÍO ...	111
---	-----

Los contenedores de la campaña de Cádiz: las ánforas Pellicer E-1 (“tipo Tiñosa” o T-8.1.1.2)

LIVIA GUILLÉN RODRÍGUEZ	145
-------------------------------	-----

Ánforas turdetanas en la Bahía de Cádiz (siglos VI-II a.C.): Apuntes sobre su producción, consumo y papel comercial

ANTONIO MANUEL SÁEZ ROMERO	161
----------------------------------	-----

La producción de ánforas tipo Pellicer D en el ámbito malacitano: estado de la cuestión

JOSÉ SUÁREZ PADILLA, DANIEL MATEO CORREDOR Y
CRISTINA MARTÍNEZ RUIZ 201

Ánforas prerromanas del Alto Guadalquivir

VICENTE BARBA COLMENERO, ALBERTO FERNÁNDEZ ORDOÑEZ Y
MANUEL JESÚS TORRES SORIA 211

Evidências de produção anfórica no Algarve durante a 2ª Idade do Ferro

ANA MARGARIDA ARRUDA Y ELISA DE SOUSA 237

Las ánforas de la I Edad del Hierro del valle medio del Guadiana

ESTHER RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, ALBERTO DORADO ALEJOS Y
SEBASTIÁN CELESTINO PÉREZ 249

A produção de ânforas na costa ocidental atlântica: o caso do estuário do Tejo

ELISA DE SOUSA, JOÃO PIMENTA Y ANA MARGARIDA ARRUDA 273

Avenencias y desavenencias en torno al uso de una tipología y sus alternativas: las ánforas turdetanas

ANDRÉS MARÍA ADROHER AUROUX 289

Un universo en construcción. Reflexiones sobre la producción y comercio de ánforas de tradición fenicia en el suroeste de la península ibérica

FRANCISCO JOSÉ GARCÍA FERNÁNDEZ Y
ANTONIO MANUEL SÁEZ ROMERO 301

A produção de ânforas na costa ocidental atlântica: o caso do estuário do Tejo

Elisa de Sousa. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

João Pimenta. CEAX – Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira/

Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Ana Margarida Arruda. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

1. INTRODUÇÃO

A área centro atlântica do território actualmente português e, em particular, o Estuário do Tejo (fig. 1), desempenhou um papel estratégico no quadro dos contactos comerciais a larga escala desde, pelo menos, o final da Idade do Bronze. O Tejo, sendo o maior rio da Península Ibérica, foi vital enquanto via de comunicação preferencial com as áreas mais interiores, ricas em estanho. Por outro lado, o próprio estuário proporciona importantes recursos quer do ponto de vista da potencialidade agrícola, quer ao nível dos recursos auríferos das suas águas, celebrados ainda por autores do período romano. Estes terão sido os principais factores que justificaram a fixação precoce de grupos fenício-ocidentais na região, sendo esta a primeira área do litoral português a ser aglutinada pela esfera colonial fenícia (Arruda 1999-2000, 2005; Sousa 2018).

Durante a Idade do Ferro, os principais núcleos de povoamento do estuário localizam-se quer na sua foz, como é o caso da colina do Castelo de São Jorge (Lisboa) e da Quinta do Almaraz (Almada), quer na área mais interior (Chões de Al pompé, Alcáçova de Santarém, Alto do Castelo, Porto do Sabugueiro, Eira da Alorna, Alto dos Cacos) (fig. 2). Com efeito, a dinâmica do povoamento durante o período orientalizante (séc. VIII a VI a.C.) concentra-se sobretudo ao longo das margens do Tejo (Arruda *et al.* 2017a), situação que se altera a partir de finais do século VI a.C., com o alargamento da malha ocupacional também para as áreas mais ocidentais da Península de Lisboa (Sousa 2014, 2017).

Ao longo do 1º milénio a.C., os contactos comerciais desta área ocidental atlântica com o sul peninsular foram relativamente inconstantes. Enquanto que durante o período orientalizante se verifica a existência de uma quantidade ainda significativa de importações, apesar de estarem refletidas sobretudo em recipientes anfóricos produzidos da área de Málaga, a partir de finais do século VI a.C., a importação de produtos alimentares e seus respectivos envases parece tornar-se progressivamente mais esporádica (Sousa 2014), assistindo-se, aparentemente, a uma verdadeira quebra dos contactos comerciais entre a segunda metade do século IV e os meados do século II a.C. É apenas



Figura 1. Localização do Estuário do Tejo na Península Ibérica

a partir deste momento, com a reintegração desta área geográfica nos circuitos comerciais de larga escala já na esfera da conquista romana, que se volta a verificar um aumento, agora verdadeiramente exponencial, da importação de produtos alimentares e de cerâmicas de mesa, de cozinha e de armazenamento, fabricados quer no Mediterrâneo Central quer no sul da *Iberia* (Pimenta 2005).

Ainda assim, e ao longo de toda a ocupação sidé-rica, a área do Estuário do Tejo apresenta uma produção cerâmica verdadeiramente extraordinária. A implantação, desde os finais do século VIII ou inícios do século VII a.C., de tecnologias, estruturas e modos de produção de marcado cariz orientalizante é claramente evidente, pelo menos na área de Lisboa / Almaraz (Sousa 2015). A produção cerâmica desta área é de boa qualidade e bastante diversificada, englobando não só contentores anfóricos, mas também cerâmica de engobe vermelho, cerâmica cinzenta, cerâmica pintada e cerâmica comum (Sousa 2015).

No âmbito deste trabalho, cabe destacar a produção de vários tipos de contentores anfóricos,

que totalizam centenas de exemplares destinados, aparentemente, a circuitos de distribuição de escala regional (Sousa e Pimenta 2014): a fase inicial caracteriza-se pela reprodução dos protótipos desenvolvidos no sul do território peninsular (*grosso modo* tipos Ramon Torres 10.1.1.1 e 10.1.2.1), que, contudo, exibem já algumas características morfológicas próprias (perfis de bordo e uma maior amplitude dos diâmetros); a partir de momentos avançados do século VI a.C. e, sobretudo, do século V a.C., assiste-se, no âmbito das produções taganas, a uma notável diversificação formal destes recipientes (fig. 3). Para a génese destas diferentes morfologias, que surgem a partir dos meados do 1º milénio a.C. no Estuário do Tejo, é equacionável a influência externa, provavelmente de novas morfologias que surgem, quase simultaneamente, no sul da Andaluzia ou mesmo na área da Extremadura espanhola. Contudo, o peso das tendências evolutivas locais, em franco desenvolvimento desde o século VII a.C., terão sido seguramente estruturantes na configuração destas novas morfologias (Sousa 2014; Sousa e Pimenta 2014).

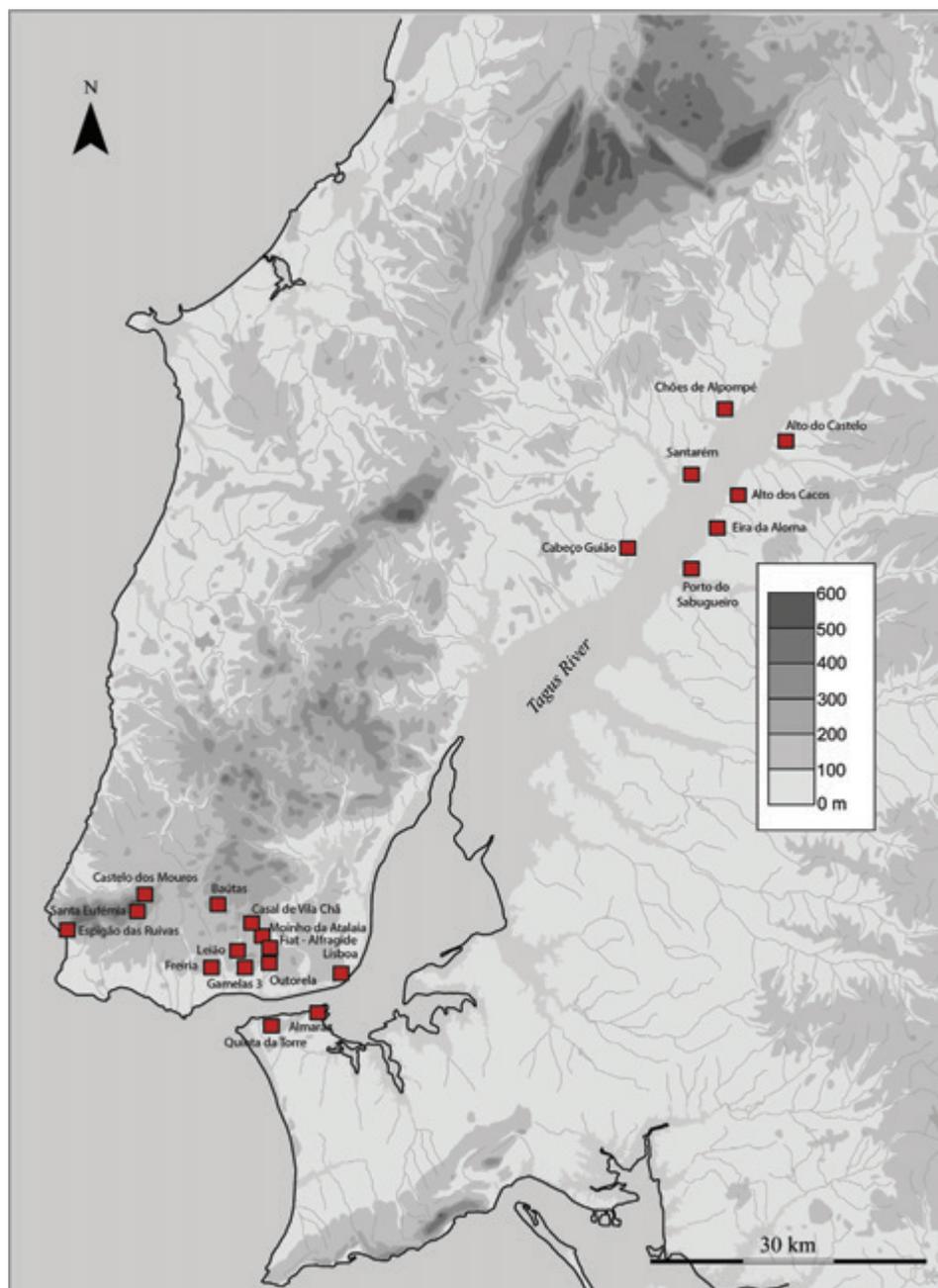


Figura 2. Localização dos sítios citados no texto

1.1. História das investigações

O reconhecimento da dimensão, diversidade e importância das produções anfóricas do Estuário do Tejo ocorreu apenas em momentos bastante recentes. Com efeito, e até há relativamente pouco tempo, a investigação desenvolvida nesta zona procurou sistematicamente enquadrar as morfologias aqui identificadas no quadro dos elencos tipológicos pré-estabelecidos para as ânforas do Mediterrâneo Central e da zona meridional do Extremo Ocidente. Esse enquadramento, quase sempre forçado das

as características particulares exibidas pelas produções taganas, resultou na identificação de tipos raros entre os conjuntos da região, cuja presença dificilmente se conseguia interpretar de forma coerente, sobretudo considerando os dados disponíveis sobre a circulação e redes de distribuição de tais produtos. É o caso, por exemplo, de certos fragmentos classificados de acordo com o tipo 1.3.2.4 de Ramon Torres (1995), uma produção típica da área de Villaricos durante o século V a.C. e de difusão muito restrita (Ramon Torres 1995: 172-173 e 601), ou dos tipos 2.1.1.1 e 3.1.1.1 da mesma tipologia, produzidas na zona de Cartago e de Malta entre a segunda metade

do século VIII a.C. e a centúria seguinte (Barros e Soares 2004: 344; Pimenta *et al.* 2005: 324; Filipe *et al.* 2014). Grande parte destas classificações foram propostas considerando unicamente similitudes que se verificavam em termos morfológicos, ignorando outros aspectos cabalmente importantes, como é o caso das dimensões e das características físicas das pastas desses mesmos recipientes.

A verdade é que a esmagadora maioria das ânforas de cronologia sidérica que têm sido recolhidas no Estuário do Tejo correspondem a produções regionais que assumem características singulares, que poderão, por vezes por mera coincidência ou como consequência de efectivos contactos supra-regionais, exibir semelhanças com morfologias mais típicas da área mediterrânea e do sul do território peninsular. O reconhecimento da complexidade e originalidade destas produções regionais obrigou à criação recente de uma tabela tipológica própria que pretendia sistematizar estas produções, tendo sido definidos sete tipos principais (Sousa e Pimenta 2014). Esta proposta de seriação morfológica, que deverá ser continuamente revista e reformulada à luz de futuros dados arqueológicos que permitam uma melhor caracterização e definição dos tipos fabricados no Estuário do Tejo ao longo do 1º milénio a.C., é, de momento, a única base disponível para a classificação destas produções, tendo contribuído decisivamente para a distinção e individualização das ânforas taganas da Idade do Ferro.

2. PRODUÇÕES ANFÓRICAS E CENTROS PRODUTORES

O estudo das produções anfóricas do Estuário do Tejo é ainda bastante recente, revestindo-se, consequentemente, os dados aqui apresentados de um carácter ainda bastante preliminar. A observação macroscópica das pastas dos contentores que são considerados como produtos desta região dividem-se, até ao momento, em dois grandes grupos, sendo o primeiro atribuível à foz do estuário (área de Lisboa / Almaraz) e o segundo a uma zona mais interior, possivelmente na área de Muge.

2.1. As ânforas: tipologia, cronologia e marcas

2.1.1. A foz do Estuário do Tejo (Lisboa/Almaraz)

A origem das produções anfóricas taganas remonta a momentos relativamente antigos da Idade do Ferro, situados pelo menos a partir do século VII a.C. e se não mesmo já dos finais da centúria anterior (Sousa e

Pimenta 2014), estando muito provavelmente relacionada com a fixação de grupos fenício-ocidentais na região do Estuário do Tejo. Com efeito, as primeiras morfologias aqui fabricadas procuraram reproduzir os modelos vigentes no sul do território peninsular, enquadráveis no tipo 10.1.1.1 e 10.1.2.1 de Ramon Torres (1995), tendo sido designadas como Tipo 1 do Estuário do Tejo (Sousa e Pimenta 2014: 305-306). As formas exibem, contudo, algumas características singulares, particularmente ao nível do diâmetro dos bordos, que são, com frequência, significativamente mais amplos do que os protótipos meridionais. Esta particularidade irá estender-se também aos modelos mais tardios, sendo um dos elementos mais típicos destas produções centro-atlânticas, ainda que estas características tenham sido interpretadas, em outras áreas do território peninsular, como uma evidência de um baixo nível de standardização (Guerrero Ayuso 1991: 53).

Foi, sobretudo, a partir da segunda metade do século VI a.C., e especialmente a partir dos seus momentos finais, que se assistiu, no quadro destas produções da foz do estuário, a uma primeira alteração significativa em termos do repertório morfológico, sendo equiparável a fenómenos que ocorrem, paralelamente, na zona mais meridional e também no interior da Península Ibérica (Pellicer Catalan 1978; Guerrero Ayuso 1991; Ramon Torres 1995). Entre o conjunto artefactual exumado na Sé de Lisboa, e que está datado, *grosso modo*, em torno à segunda metade do século VI a.C., surgem, pela primeira vez, alguns exemplares de bordo bastante assinalado externamente, marcado por uma aresta acentuada (Arruda 1999-2000: fig. 76, n.º 5 e 6), que foram posteriormente integrados no tipo 3 do Estuário do Tejo (Sousa e Pimenta 2014: 306-308). Situação idêntica foi recentemente reconhecida também no Largo de Santa Cruz do Castelo (Sousa e Guerra 2018: 73). Estes materiais recordam, de certa forma, as produções reconhecidas, pela primeira vez, no Cerro Macareno, onde foram designadas de tipo Pellicer B/C (Pellicer Catalán 1978). Mesmo que se admita que estes fragmentos específicos da Sé de Lisboa e do Largo de Santa Cruz se possam incorporar já nos momentos finais do século VI a.C., tal permite atestar a sua contemporaneidade face aos primeiros contentores do tipo Pellicer B/C que surgem no Baixo Guadalquivir (Pellicer Catalán 1978).

No entanto, foi sobretudo, a partir do século V a.C. que esta forma se irá configurar plenamente, assumindo, a partir desse momento, duas variantes morfológicas distintas:

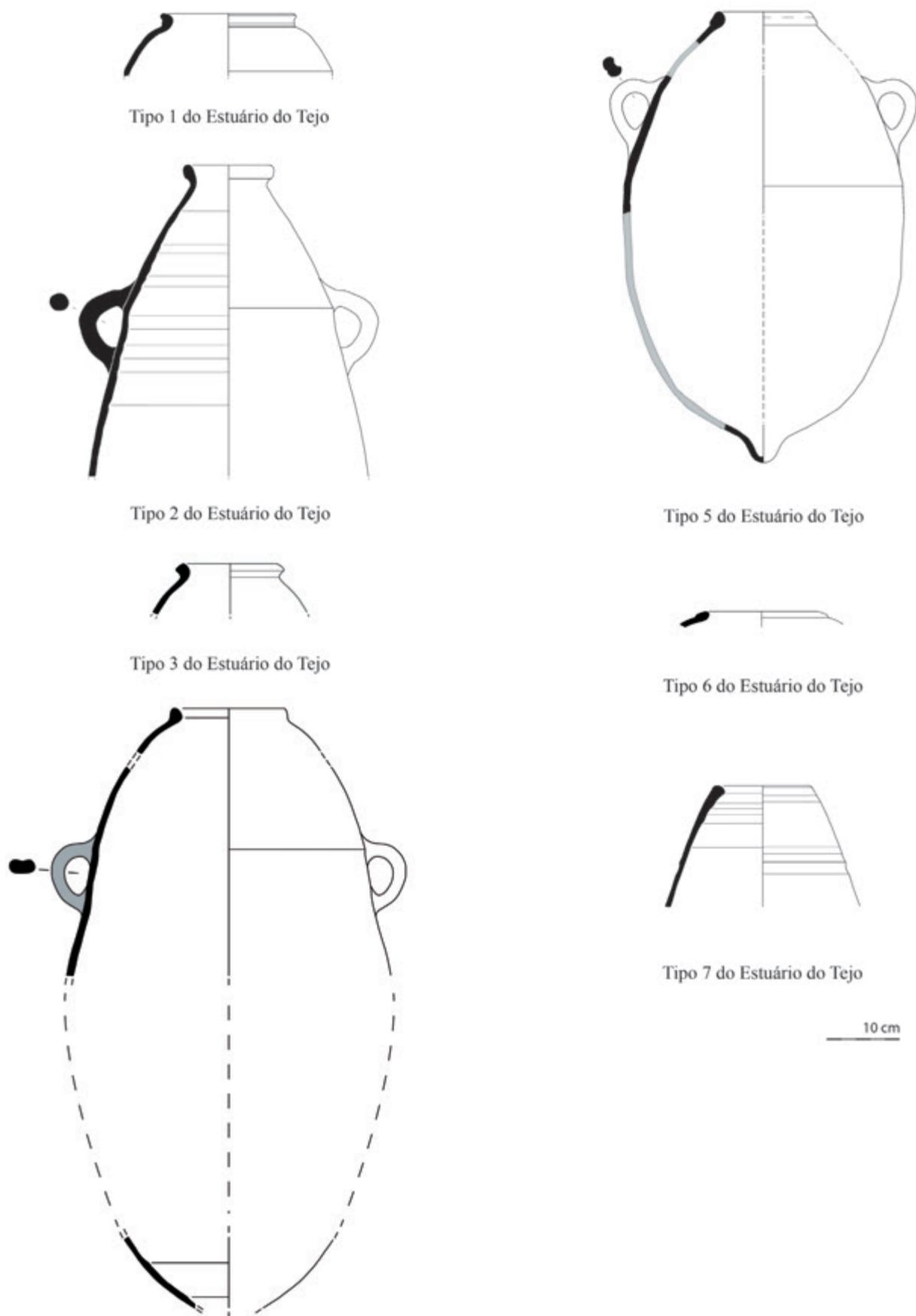


Figura 3. Tipologia das ânforas produzidas no Estuário do Tejo

- a primeira segue o mesmo modelo que os exemplares da Sé de Lisboa (tipo 3 do Estuário do Tejo), sendo a parte superior do corpo de tendência ovalada, com colo curto e ligeiramente estrangulado. O bordo é evertido, de secção variável, que oscila entre perfis de tendência triangular e outros sub-circulares ou ovalados. Tal como já foi referido, os diâmetros destas peças exibem grandes oscilações, estendendo-se desde os 12 e os 17 cm, com média entre os 14-15 cm (Sousa e Pimenta 2014).
- a segunda variante (tipo 2 do Estuário do Tejo), que possivelmente deriva da forma anterior, apresenta uma configuração singular, estilo garrafa, sendo a parte superior troncocónica, de colo pouco desenvolvido e ligeiramente estrangulado, e bordo de secção sub-circular. Os exemplares desta forma apresentam uma maior standardização ao nível da amplitude do bordo, que varia apenas entre os 12 e os 14 cm (Sousa e Pimenta 2014). Um dos exemplares mais bem conservados, recolhido na Casa dos Bicos, em Lisboa (Pimenta *et al.* 2015), possui uma carena pouco assinalada na parte superior da peça, acima da qual arrancam asas de secção circular. A partir desta zona, a peça torna-se progressivamente mais larga, atingindo um diâmetro máximo de 40 cm, sendo provável que terminasse num fundo convexo.

É difícil determinar se o aparecimento destes contentores, e em particular do designado tipo 3, se deve associar a contactos precoces com as formas do Baixo Guadalquivir. Até ao momento, exemplares importados desta região não foram ainda documentados em níveis de finais do século VI a.C. em qualquer dos núcleos conhecidos do Estuário do Tejo. A possibilidade de a emergência desta forma se relacionar directamente com uma evolução dos protótipos anteriores (tipo 1 do Estuário do Tejo) que continuaram, aliás, a ser fabricados durante a segunda metade do 1º milénio, e que se integram, genericamente, no grupo das ânforas de saco, deve portanto ser devidamente considerada. Contudo, uma primeira versão destes contentores pode corresponder a uma variação local, cuja evolução, no decurso do século V a.C., foi condicionada pelo contacto com alguns contentores meridionais do tipo Pellicer B/C. Uma outra linha de influência deve ser, porém, tida em consideração, relacionando-se com as novas morfologias anfóricas que surgem também em meados do 1º milénio a.C., desta vez na Extremadura espanhola: os contentores de tipo Cancho Roano I e II (Guerrero Ayuso 1991), e cuja origem poderá também resultar de influências

da área andaluza. Apesar de não terem sido ainda detectados, no Estuário do Tejo, exemplares importados desta zona extremeña, a existência de contactos entre a fachada ocidental centro-atlântica e o interior peninsular encontra-se plasmada em outro tipo de materiais, como é o caso dos vasos com asas internas e mesmo na manifestação de certas marcas incisivas, como é o caso dos chamados “pentalfas” / estrelas de cinco pontas (Sousa 2014; 2017), não sendo, portanto, de excluir que no futuro estas ligações se possam também consubstanciar em importações de produtos alimentares.

No repertório formal destas produções taganas da foz do Estuário do Tejo, surgem ainda outros exemplares de bordo invertido e engrossado internamente, que se aproximam do tipo Pellicer D (Pellicer Catalán 1978) ou do grupo 4.2.2.5 de Ramon Torres (1995). Esta morfologia do Estuário do Tejo, designada de Tipo 6, é muito variável em termos morfológicos, sendo expectável que achados futuros possam contribuir para a sua caracterização mais detalhada e, provavelmente, para uma subdivisão com base em critérios não só morfológicos mas também cronológicos. Os dados estratigráficos disponíveis para esta morfologia são substancialmente mais reduzidos que nos casos anteriores mas existem, ainda assim, alguns pontos que devem ser assinalados. Os exemplares mais antigos que apresentam um bordo já de tendência aplanada e invertida surgem, pela primeira vez, nas escavações realizadas na Rua dos Correeiros, cuja ocupação se centra entre o século V e os inícios do século IV a.C. (Sousa 2014). Ainda que se admita a cronologia mais recente, dos inícios do século IV a.C., esta morfologia antecede, em pelo menos algumas décadas, os exemplares mais antigos do tipo D de Pellicer que surgem no vale do Baixo Guadalquivir. Estes elementos permitem considerar que, neste caso, o aparecimento desta forma se possa integrar preferencialmente no quadro de uma evolução local das morfologias anfóricas taganas. O desenvolvimento desta variante no Estuário do Tejo é difícil de sistematizar considerando o vazio que se observa nas estratigrafias seguramente datadas do século IV e III a.C. Ainda assim, parece que em momentos finais desta última centúria, como se registou na Rua de São João da Praça, em Lisboa, os bordos deste tipo são marcadamente reentrantes e aplanados, assumindo secções muito variáveis, com engrossamentos verificados quer na área interna como na externa (Pimenta *et al.* 2005). Sabemos que esta mesma morfologia, de produção local, é incorporada ainda durante a fase de ocupação romano-republicana da cidade, datada em torno ao último terço de século II a.C. (Pimenta 2005; Pimenta *et al.* 2005).

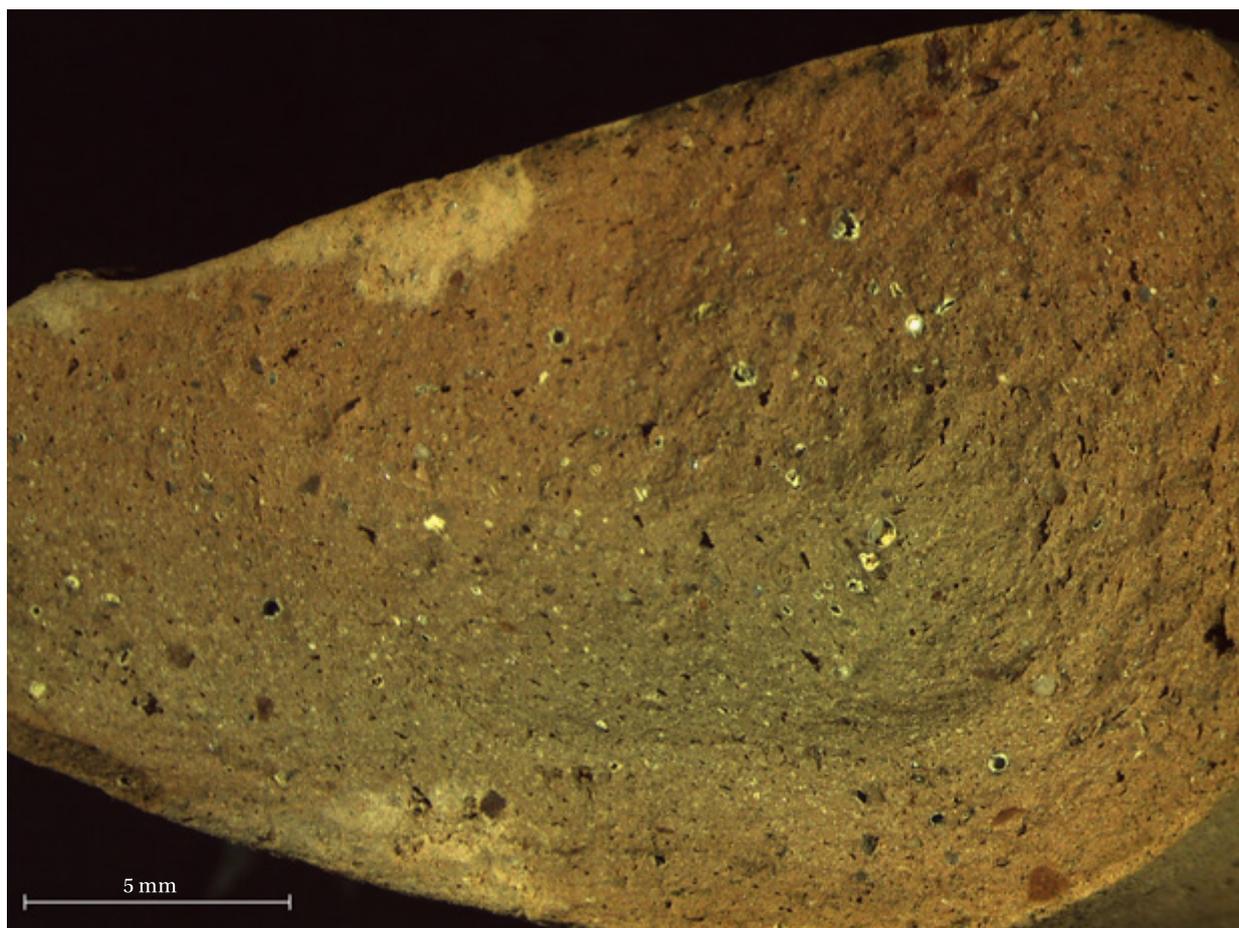


Figura 4. Fotografia das pastas das produções da foz do Estuário do Tejo (autoria Alberto Dorado – segundo Sousa *et al.* 2020)

2.1.2. O interior do Estuário do Tejo

Num momento ainda indeterminado da segunda metade do 1º milénio a.C. surge, sobretudo na zona mais interior do Estuário do Tejo, uma outra morfologia que se parece inspirar em protótipos anteriores, concretamente no tipo 3, exibindo, contudo, características bem mais evolucionadas. Trata-se dos contentores englobados no Tipo 5 do Estuário do Tejo, que exibem corpos aparentemente ovóides, com bordo reentrante, geralmente de secção ovalada ou, mais raramente, sub-circular, podendo apresentar algum espessamento na zona externa. Os seus diâmetros oscilam entre os 10 e os 15 cm.

Esta morfologia parece coincidir maioritariamente com um fabrico específico, sendo os seus exemplares provenientes do sítio do Porto do Sabugueiro, onde se assume que se possa localizar um dos seus principais centros de produção (Sousa e Pimenta 2014). Alguns dos fragmentos aí recolhidos permitiram esboçar uma possível reconstituição do perfil completo desta morfologia que terá, no entanto,

de ser confirmada por achados futuros. Presume-se, contudo, que este recipiente possa ter incorporado asas de secção oval com sulco exterior, que são típicas das produções taganas (Sousa 2014) ainda que estas não sejam exclusivas desta forma. O fundo tem dimensões reduzidas, sendo pronunciado, e perfil cónico, e é semelhante a vários dos exemplares recolhidos no Cerro Macareno (Pellicer Catalán 1978). Peças com idênticas características de fabrico surgem também nos Chões de Alampé (Arruda *et al.* 2018) e no Cabeço Guião (Arruda *et al.* 2017b), indicando que esta produção específica se destinava a circuitos de comercialização da zona mais interior do Estuário do Tejo.

2.2. Características tecnológicas e composição

Neste apartado, cabe referir que algumas amostras de ânforas recolhidas no estuário do Tejo foram já alvo de análises arqueométricas. Estes dados, que foram recentemente publicados (Moreno Megías 2017: 386-388; Sousa *et al.* 2020), confirmando a

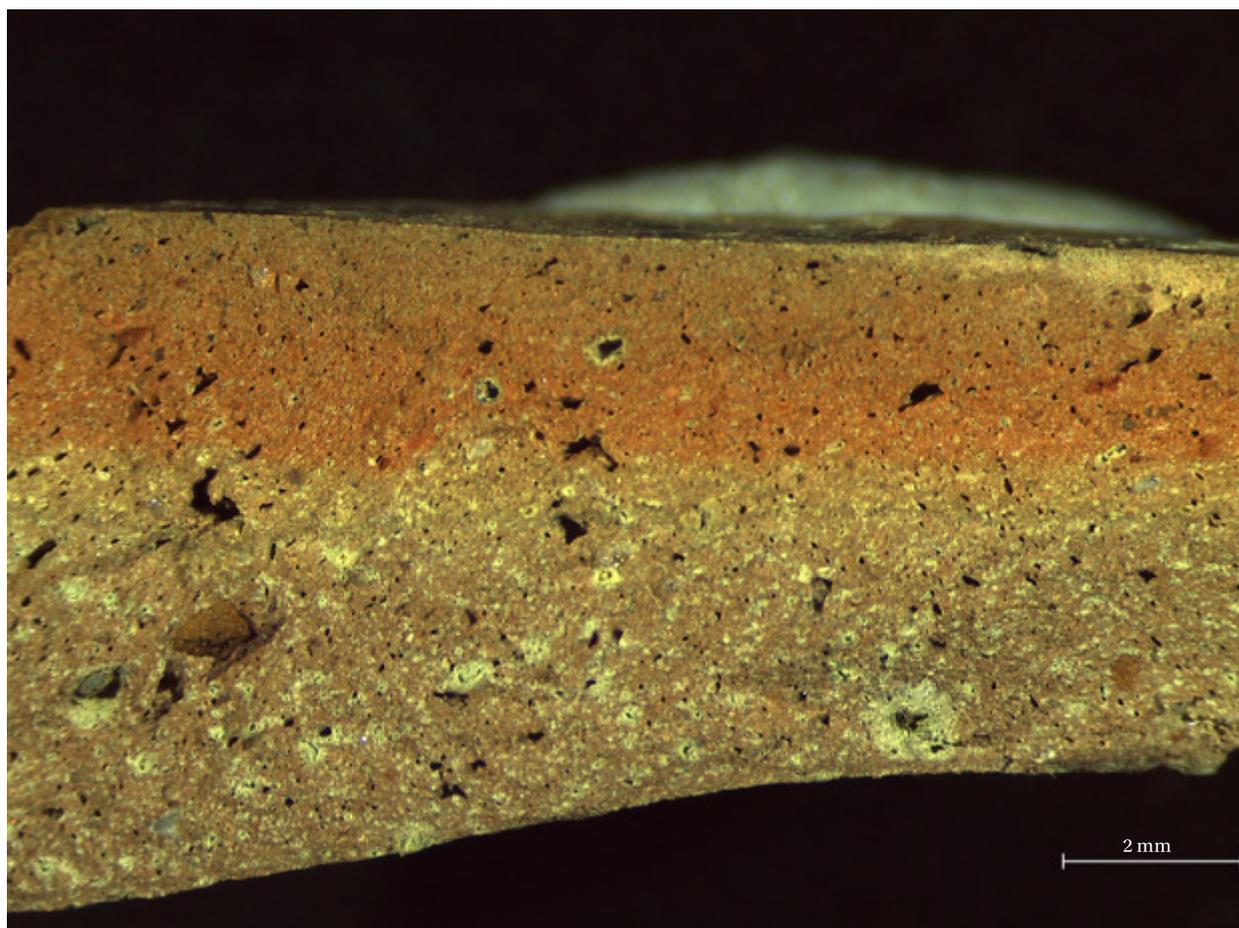


Figura 5. Fotografia das pastas das produções da foz do Estuário do Tejo (autoria Alberto Dorado – segundo Sousa *et al.* 2020)

existência de importações da área do Baixo Guadalquivir para alguns exemplares do tipo Pellicer B/C recolhidos na zona centro-atlântica (concretamente em Lisboa e no Porto do Sabugeiro), mas também a existência de outros grupos distintos, de provável origem local/regional.

2.2.1. A foz do Estuário do Tejo (Lisboa/Almaraz)

As produções que se consideram originárias da zona de Lisboa / Almaraz, sendo aí extraordinariamente abundantes, correspondem a pastas não calcárias, cozidas em modo A, bastante compactas e com fractura regular. O seu grau de depuração é algo variável (entre 5% e 20%), tendo sido possível identificar, macroscopicamente, presença de pequenos elementos de moscovites, raras biotites de pequena dimensão, abundantes calcites de pequena e média dimensão, ocasionais quartzos de média dimensão e raras partículas de plagioclase de média dimensão. Também importante para a caracterização deste fabrico é a presença frequente

de microfósseis, observáveis a nível macroscópico numa grande parte dos exemplares.

Os exemplares desta produção exibem tonalidades que oscilam entre o acastanhado (Munsell 7/4 10YR) e o alaranjado (Munsell 6/6 5YR), sendo raras as pastas de tons acinzentados (Munsell 6/1 10YR), que possivelmente refletem meramente alterações pontuais no processo de cozedura destes recipientes (fig. 4 e 5).

Uma característica distintiva no fabrico das produções da foz do Tejo é a aplicação frequente, em aproximadamente um quarto dos exemplares, de engobes e aguadas de tonalidades esbranquiçadas. Estas pinturas podem surgir quer na área interna do bordo quer na superfície externa. Trata-se de uma particularidade já verificada nas produções da fase “orientalizante” (finais do séc. VIII – séc. VI a.C.), mas que se torna mais recorrente a partir da segunda metade do 1º milénio a.C. (Sousa 2014). Apenas num limitado número de exemplares se documentou a aplicação de pinturas com tons mais fortes, concretamente castanhos e avermelhados (Sousa e Pimenta 2014).

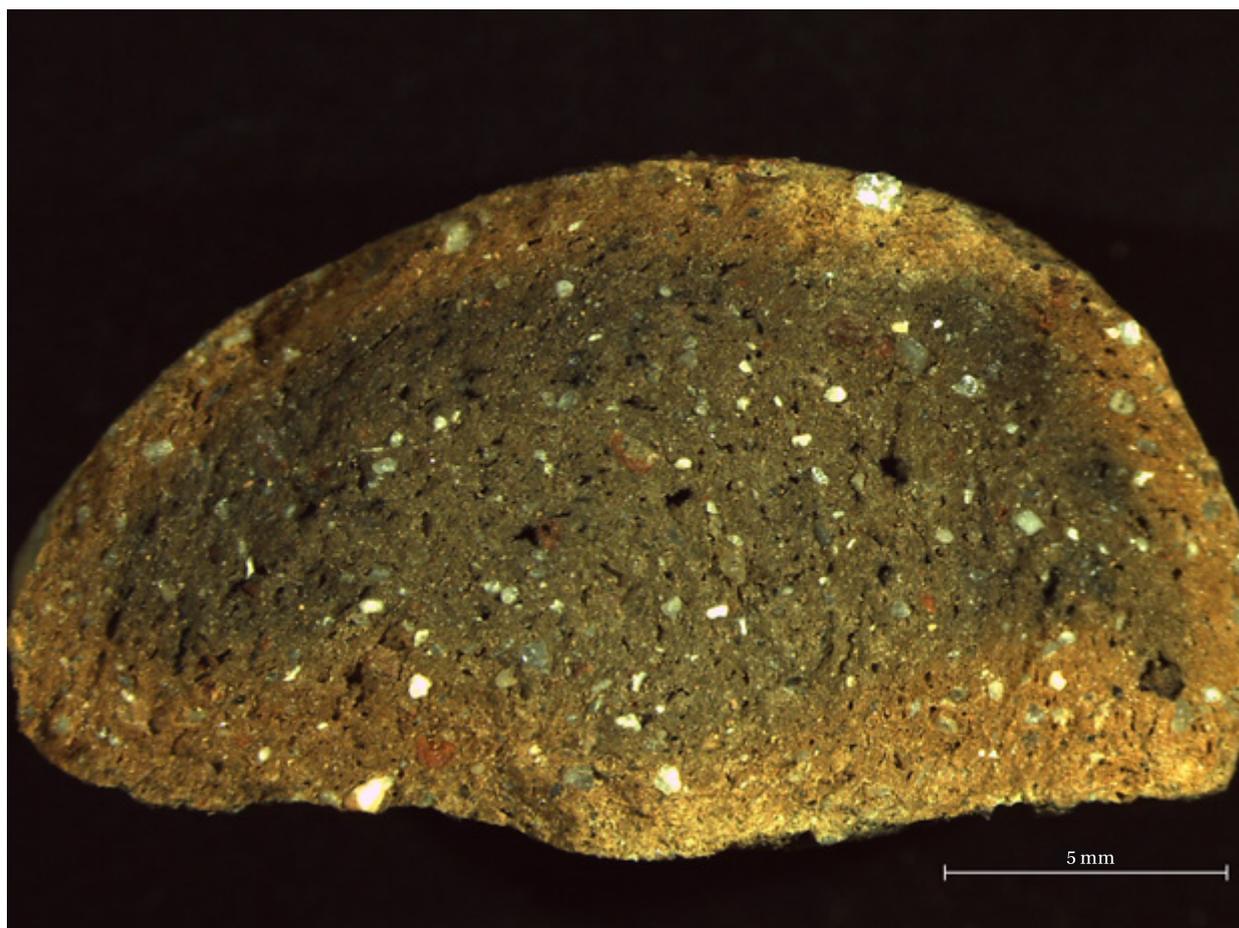


Figura 6. Fotografia das pastas das produções da área mais interior do Estuário do Tejo (Porto do Sabugueiro?) (autoria Alberto Dorado - segundo Sousa *et al.* 2020)

2.2.2. O interior do Estuário do Tejo

As produções que presumimos serem originárias das áreas mais interiores do Estuário do Tejo distinguem-se, sobretudo, por apresentarem um menor cuidado no tratamento das argilas. As pastas destes exemplares são igualmente de natureza não calcária e compactas, sendo, contudo, bem menos depuradas. A observação macroscópica dos exemplares permitiu a identificação, entre os elementos não plásticos, de quartzos de pequena dimensão, inclusões de cerâmica moída e alguns elementos carbonatados.

Os exemplares deste fabrico apresentam pastas de tonalidades geralmente acastanhadas (Munsell 7.5 YR 6/4), podendo o núcleo ser acinzentado (fig. 6).

2.3. Os centros de produção: geografia e tecnologia da produção

Até ao momento, não foi possível identificar, com segurança, os centros de produção destes recipientes

anfóricos, ainda que se possa assumir a existência de uma multiplicidade de *ateliers* no estuário.

Apesar de se conhecerem já algumas estruturas e evidências seguramente relacionadas com actividades oleiras, a sua cronologia não é ainda, por vezes, completamente clara.

O caso mais emblemático é, talvez, o do forno de Miroiço, identificado recentemente no concelho de Cascais (Cardoso e Encarnação 2013). Esta estrutura, datada da Idade do Ferro é descrita como “(...) o forno fora construído de barro, tendo cúpula de hastes de madeira forrada com barro”, tendo aí sido recolhidas “(...) cerâmicas cinzentas e de cor de avelã mas sem grande significado, bem como carvões e conchas de bivalves e de lapas que foram datados no Instituto Técnico Nuclear e que deram datações dos séculos VII-VI a.C. até finais do século IV a.C.” (Cardoso e Encarnação 2013: 173-174). Infelizmente, os materiais associados a esta estrutura não foram ainda publicados. Contudo, não deixa de causar alguma estranheza a referência a cronologias tão antigas (séculos VII e VI a.C.) considerando que,

até ao momento, não se conhecem sítios ocupados em momentos anteriores a finais do século VI a.C. no Ocidente da Península de Lisboa (Sousa 2014). Apesar de dados futuros poderem permitir alargar as balizas de ocupação deste território, pensamos ser mais coerente, de momento, assumir que esta estrutura se enquadre na baliza inferior das datações fornecidas (séc. V ou IV a.C.), momento que, efectivamente, corresponde à fase mais dinâmica da ocupação da Idade do Ferro desta área (Sousa 2014). Um aspecto que interessa destacar é que esta estrutura de Miroiço apresenta uma câmara de combustão de formato quase perfeitamente circular, com abertura a sudoeste, sendo ainda visíveis os restos da grelha perfurada. Estas características possibilitam alguns paralelismos com estruturas de idêntica funcionalidade registadas, por exemplo, em Cádiz e no Cerro del Villar durante os meados do 1º milénio a.C. (Aubert Semmler *et al.* 1999; Ramon Torres *et al.* 2007; Sáez Romero 2013), ainda que os dados disponíveis sobre Miroiço não permitam caracterizar a parte inferior da câmara de cozedura, de forma a determinar se a grelha se apoiava num pilar central ou em outro tipo de estrutura. Outros aspectos também impossíveis de determinar incidem na existência ou não de um corredor e de outras estruturas idênticas nas proximidades.

Uma outra estrutura que poderá estar relacionada com a actividade oleira foi documentada em Lisboa, na Rua dos Correiros, sendo datada entre o século V a.C. e os inícios da centúria seguinte (Sousa 2014). Trata-se de uma estrutura de alvernaria, construída com blocos calcários, cuja base é constituída por uma placa de barro cozido que não foi escavada. No interior e imediações desta estrutura recolheram-se vários nódulos de barro cozido, tendo sido colocada a possibilidade de estes poderem ter correspondido, originalmente, a uma grelha ou à própria cobertura da estrutura (Cardoso *et al.* 2017). A inexistência de um pilar central não inviabiliza definitivamente a interpretação da funcionalidade desta estrutura como forno cerâmico, considerando que o seu diâmetro é consideravelmente reduzido (1,5 m) (Sousa 2014: 85). Contudo, a reduzida dimensão da câmara de combustão, aplicável também para o caso de Miroiço, coloca sérias dificuldades em assumir que estas estruturas pudessem ter sido utilizadas para a produção de recipientes de grandes dimensões, como é o caso das ânforas. Neste âmbito, é, contudo, possível assumir a existência, nestas áreas de produção oleira, de outras estruturas de maior capacidade que não foram ainda identificadas, capazes de albergar um número mais substancial destes contentores.

Outras evidências de produção cerâmica no Estuário do Tejo surgem na Quinta do Almaraz (Almada) e na Quinta da Marquesa (Vila Franca de Xira). Trata-se de pequenos artefactos cerâmicos de secção triangular, comumente designados de trempes ou prismas. Na Quinta do Almaraz, recolheram-se dez destes exemplares, dispersos por várias das áreas intervencionadas, integrando-se, tipologicamente, nas morfologias típicas do período “orientalizante” (Barros *et al.* 1993; Gutiérrez López *et al.* 2013; Olaio 2015: 23). Na Quinta da Marquesa, quatro destes exemplares foram recolhidos em campanhas de prospecção, nas quais se recuperaram também vários materiais enquadráveis na fase “orientalizante”, entre os quais alguns fragmentos de ânforas expostos a altas temperaturas, integráveis no tipo 1 do Estuário do Tejo (Pimenta e Mendes 2010-2011: 606). Em ambos os casos, as evidências parecem enquadrar-se na fase inicial da Idade do Ferro (final do séc. VIII a VI a.C.), não estando portanto associadas às produções mais tardias aqui tratadas (tipos 2, 3, 5 e 6 do Estuário do Tejo). São, contudo, importantes no quadro da caracterização da continuidade e variedade geográfica da actividade oleira nesta região centro-atlântica.

Cabe, por último, referir que existem notícias de pelo menos três outras áreas escavadas na cidade de Lisboa que parecem ter proporcionado contextos relacionados com a produção oleira, concretamente fornos (área do Teatro Romano, Castelo de São Jorge e Convento do Corpus Christi). Trata-se, contudo, de dados que estão ainda a ser estudados, não sendo possível disponibilizar, de momento, informações sobre os materiais produzidos e as respectivas cronologias.

2.4. Os conteúdos das ânforas

Sobre os eventuais conteúdos alimentares transportados nestes contentores centro-atlânticos, não dispomos, até ao momento, de análises arqueométricas passíveis de determinar a sua natureza.

Sabemos que, durante a Idade do Ferro, o cultivo doméstico da vinha e da oliveira foram introduzidos no Estuário do Tejo, de acordo com as análises palinológicas realizadas na região de Alpiarça (Leeuwaarden e Jansen 1985; Arruda 1999-2000), pelo que conteúdos vinários ou oleícolas podem ser equacionados. Produtos de natureza animal, lácteos, cárnicos ou haliêuticos, poderiam ser também uma possibilidade.

O registo arqueológico do Estuário do Tejo não proporcionou, até ao momento, evidências arquitectónicas que possam ser seguramente relacionadas com a produção e transformação de produtos

alimentares durante a Idade do Ferro. Deve, contudo, referir-se que, a partir de finais do século VI a.C., se assiste a uma extraordinária dinâmica do povoamento “rural”, representada pela fundação de mais de uma dezena de novos estabelecimentos, localizados quer no interior do estuário, quer no ocidente da Península de Lisboa, e dedicados à exploração pecuária (sobretudo de bois domésticos, ovino-caprinos e suínos), de recursos marinhos e, seguramente, também agrícolas, estando estes, contudo, escassamente documentados (Sousa 2017). Deve, no entanto, referir-se que em regiões mais setentrionais, concretamente junto à Serra de Aire, no Abrigo da Pena d’Água, foi recolhida uma quantidade significativa de restos carbonizados de *Vitis vinífera*, atestando alguma intensidade deste cultivo nas zonas mais interiores da Estremadura Portuguesa (Figueiral 1998).

Em suma, e até à disponibilização de novos dados, preferencialmente de natureza arqueométrica, a questão dos conteúdos das produções anfóricas centro-atlânticas deverá permanecer em aberto, sendo várias as hipóteses possíveis.

Por último, resta apenas dizer que entre as produções anfóricas aqui analisadas, não se identificou qualquer marca, *tituli picti* ou selo.

3. A CIRCULAÇÃO E CONSUMO DE “ÂNFORAS TURDETANAS” PRODUZIDAS NA REGIÃO

Será, talvez, este o local indicado para referir que não consideramos estas produções anfóricas do Estuário do Tejo (tipos 2, 3, 5 e 6) como “ânforas turdetanas”. Apesar de se poderem reconhecer algumas similitudes morfológicas com alguns dos protótipos fabricados no Baixo Guadalquivir, pensamos que a génese dos contentores centro-atlânticos reside, preferencialmente, numa evolução local e autónoma dos tipos regionais do período “orientalizante” (séc. VIII a VI a.C.) que, a partir de meados ou finais do século VI a.C., adquirem uma maior variação tipológica. Não excluimos, contudo, de forma categórica, a eventualidade de que certos contactos supra-regionais entre o litoral centro atlântico português e outras áreas da Península Ibérica (Baixo Guadalquivir e mesmo a Extremadura Espanhola) possam ter determinado, em certa medida, alguns traços destas tendências evolutivas.

Com efeito, existem, no estuário do Tejo, algumas ânforas importadas da área do Guadalquivir. Trata-se, justamente, de três contentores do tipo Pellicer B/C que foram encontrados em Lisboa (um exemplar da Rua dos Correeiros – Sousa 2014; dois da Travessa do Chariz d’el Rei – García Fernández 2019) e outros seis

na zona interior do estuário (um exemplar do Cabeço Guião – Arruda *et al.* 2017b – e cinco no Porto do Sabugueiro – Pimenta *et al.* 2014; García Fernández 2019; Sousa *et al.* 2020), alguns dos quais recuperados em contextos conservados do século V e IV a.C. Estas evidências mostram, claramente, a existência de alguns contactos comerciais entre estas duas regiões (estuário do Tejo e Baixo Guadalquivir) durante os meados do 1º milénio a.C., podendo estas importações ter influenciado a evolução dos tipos 2, 3 e mesmo do tipo 5 do estuário do Tejo. Contudo, para o caso da morfologia designada de tipo 6 do estuário do Tejo, que se aproxima do tipo Pellicer D (Pellicer Catalán 1978), as cronologias contextuais já disponíveis para a zona centro-atlântica parecem corroborar uma evolução completamente autónoma.

As produções anfóricas do estuário do Tejo (tipos 1 a 7) parecem estar confinadas a circuitos de comercialização de escala essencialmente regional. Com efeito, e até ao momento, recipientes com estas morfologias e características de fabrico surgem exclusivamente na Península de Lisboa e no estuário do Tejo onde são, contudo, consideravelmente abundantes.

Em Lisboa contabilizaram-se várias centenas destes exemplares, que surgem sistematicamente em todas as áreas da cidade que proporcionaram níveis e vestígios da ocupação pré-romana. Contudo, a única escavação que permite uma análise mais detalhada para a fase de meados do 1º milénio a.C. é a da Rua dos Correeiros. Neste sítio da Baixa Pombalina, datado entre o século V e inícios do século IV a.C., foram recolhidos, em níveis conservados da Idade do Ferro, 579 indivíduos anfóricos, dos quais apenas três são importados, sendo os restantes produzidos na área da foz do estuário (Sousa 2014: 91-92). Entre estes últimos, os tipos tratados neste trabalho (tipos 2, 3 e 6) estão heterogeneamente representados no conjunto. A forma mais expressiva é, sem dúvida, o tipo 3, com 147 indivíduos; os restantes, tipo 2 e tipo 6, são menos representativos, com 9 e 10 indivíduos, respectivamente, sendo possíveis indicadores que o desenvolvimento e o auge destas produções ocorrem em momentos um pouco mais tardios.

Recipientes destas morfologias surgem representados em outros locais, não só na própria Lisboa, mas também na área regional:

— as ânforas do tipo 2 documentaram-se também, em Lisboa, no alto da Colina do Castelo de São Jorge (Sousa 2014: 95) e na Casa dos Bicos, com um exemplar (Pimenta *et al.* 2015); em Almada, na Quinta do Almaraz, com pelos menos três indivíduos (Barros e Soares 2004; Olaio 2015);

- em Sintra, em Santa Eufémia, com um exemplar (Sousa 2014: 265).
- as ânforas do tipo 3 surgem, em Lisboa, no alto da Colina do Castelo de São Jorge (Sousa 2014: 95), na Sé de Lisboa (Arruda 1999-2000), na Casa dos Bicos, com um exemplar (Pimenta *et al.* 2015: 174), no Largo de Santa Cruz, com cinco exemplares (Sousa e Guerra 2018), na Travessa do Chafariz d'El Rei (Filipe *et al.* 2014), na Rua do Recolhimento/Beco do Leão (Sousa e Pinto 2016) e na Rua da Madalena, com um exemplar (Sousa *et al.* 2016); em Almada, na Quinta do Almaraz contabilizamos cerca de uma centena de ânforas que podem integrar esta morfologia (Olaio 2015); em Cascais, em Freiria (Cardoso e Encarnação 2013); na Amadora, no Moinho da Atalaia, com dez exemplares, em Baútas, com sete, no Casal de Vila Chã Sul, com um, e em Fiat-Alfragide, com dois (Sousa 2014); em Oeiras, em Gamelas 3 (Cardoso e Silva 2012) e Leião (Cardoso *et al.* 2010-2011); em Sintra, em Santa Eufémia e na Serra de Sintra, cada com um exemplar (Sousa 2014); em Cascais, no Espigão das Ruivas (Cardoso 1991; Encarnação e Cardoso 2017); no Cabeço Guião, no Cartaxo, com dois exemplares (Arruda *et al.* 2017b); no Porto do Sabugueiro, com 16 exemplares (Sousa *et al.* 2020); no Alto dos Cacos, com nove exemplares (Sousa *et al.* 2017); no Alto do Castelo, com dez (Arruda *et al.* 2014);
 - as ânforas do tipo 6 surgem, por sua vez, em Lisboa, na Rua de São João da Praça (Pimenta *et al.* 2005) e na Casa dos Bicos, com dois exemplares (Pimenta *et al.* 2015: 174); em Almada, aparecem na Quinta da Torre (Cardoso e Carreira 1997-1998); em Cascais, em Freiria, com vários exemplares (Cardoso e Encarnação 2013); na Amadora, este tipo foi documentado com um exemplar no Moinho da Atalaia (Sousa 2014); no interior do estuário surge na Castanheira do Ribatejo (Pimenta *et al.* 2009), no Porto do Sabugueiro, com 57 exemplares (Pimenta e Mendes 2008; Sousa *et al.* 2020), Eira da Alorna, Alto dos Cacos, Alto do Castelo (Pimenta *et al.* 2012), Cabeço Guião, com nove exemplares (Arruda *et al.* 2017b), e em Santarém (Arruda 1999-2000).

Sobre o tipo 5 do Estuário do Tejo cabe destacar o âmbito limitado da sua distribuição. Como já foi anteriormente referido, trata-se de uma morfologia que combina especificidades morfológicas com um fabrico bem diferenciado, que pressupomos ser originário sobretudo da zona mais interior do estuário, concretamente na área do Porto do Sabugueiro

(Sousa e Pimenta 2014). Ainda que alguns fragmentos pertencentes a este grupo de fabrico tenham sido identificados nos sítios de Cabeço Guião (Arruda *et al.* 2017b) e Chões de Alompé (Arruda *et al.* 2018), ambos nessa área geográfica, o conjunto mais numeroso, com 88 exemplares, é oriundo do Porto do Sabugueiro (Pimenta e Mendes 2008; Pimenta *et al.* 2014; Sousa *et al.* 2020).

Até ao momento, desconhecemos se estas produções alcançaram mercados mais longínquos, particularmente na costa ocidental atlântica (Estuários do Sado, Mondego e mesmo no Noroeste Peninsular). Só a futura análise detalhada dos conteúdos anfóricos recolhidos nos sítios com ocupação pré-romana dessas áreas poderá ajudar a estabelecer se os circuitos de distribuição das produções do Tejo poderá ter extravasado os limites regionais do estuário. Contudo, podemos afirmar, com alguma certeza, que estas não atingiram a costa algarvia. Com efeito, entre as várias centenas de contentores anfóricos recolhidos em Castro Marim, Faro e Monte Molião (Arruda 1999-2000, 2001; Arruda *et al.* 2005, 2006; Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010), não se identificou nenhum exemplar assimilável às produções taganas. Parece, assim, que estas integrarão uma escala de distribuição destinada sobretudo, a mercados regionais, permanecendo então a incógnita se poderão ter alcançado outros circuitos mais distantes, ainda que sempre no litoral ocidental atlântico.

4. CONCLUSÕES

O estudo das produções anfóricas do Estuário do Tejo encontra-se ainda numa fase embrionária. O reconhecimento da verdadeira dimensão deste fenómeno só ocorreu numa fase muito recente, sendo necessário que o desenvolvimento da investigação proporcione dados mais coerentes e detalhados sobre os centros produtores, conteúdos alimentares, características morfológicas (preferencialmente com base em exemplares bem conservados) e influências internas e externas que possam ter condicionado a evolução destes tipos.

Como já foi referido, não é possível, de momento, assegurar se a evolução do repertório regional do Estuário do Tejo se encontra exclusivamente em linha de continuidade com os protótipos inicialmente reproduzidos na área (“ânforas de saco” ou tipo R1) ou se terá respondido também a estímulos externos, ainda que estes últimos se traduzam, de acordo com os dados disponíveis, numa escassa representatividade de exemplares importados. A semelhança que se verifica entre algumas das produções taganas

(tipos 2, 3, 5 e 6 do Estuário do Tejo) com as “ânforas turdetanas” (tipos Pellicer B/C e D) pode ficar a dever-se a uma mera coincidência ou então a influências pontuais que podem, ainda assim, ter tido um papel importante na configuração dos contentores de transporte centro-atlânticos. Esta mesma questão poderá colocar-se em outros horizontes artefactuais do território peninsular, como é por exemplo, o caso das ânforas tipo Cancho Roano I e II (Guerro Ayuso 1991), manifestando a grande complexidade da evolução das “ânforas de saco” do período orientalizante na Península Ibérica, que se desenvolveram em diferentes ramificações, sendo reinterpretadas de forma variável, cada uma das quais com aspectos específicos que traduzem uma área regional distinta.

Seja qual for o caso, a verdade é que as produções anfóricas do Estuário do Tejo atingem, quer durante a fase orientalizante, quer durante a “II Idade do Ferro”, proporções muito significativas, ainda que aparentemente restritas a um horizonte de cariz regional. Contudo, este fenómeno mostra a capacidade de determinados centros deste território criarem, gerirem e estruturarem um dinâmico mercado económico e comercial, que funcionou quase num circuito fechado, e que remonta ainda à fase orientalizante, onde foi designado por “mar fenício” (Arruda 2017: 290), e que atingiu o seu expoente máximo durante a fase mais tardia da Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M. (1999-2000): *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.) (Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6)*, Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2001): “Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado”, in *Actas do colóquio internacional “Os Púnicos no Extremo Ocidente”*: 69-98. Lisboa.
- ARRUDA, A. M. (2005): “Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografia e cronologias”, in S. Celestino Pérez e J. Jiménez Ávila (eds), *El período orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental (Anejos de Archivo Español de Arqueología XXXIII, I)*: 277-303. Mérida.
- ARRUDA, A. M. (2017): “A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens do mesmo rio”, in S. Celestino Pérez e E. Rodríguez González (eds.), *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica (Anejos de Archivo Español de Arqueología LXXX)*: 283-294. Mérida.
- ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P. e SOUSA, E. (2005): “A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (1): 177-208.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. e PEREIRA, R. (2006): “A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana”, in C.T. Silva y J. Soares (eds.), *Simposio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal Arqueológica 13)*: 152-176. Setúbal.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H. e SOARES, R. (2014): “Alto do Castelo’s Iron Age Occupation (Alpiarça, Portugal)”, *Zephyrus* 74: 143-155.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H. e SOARES, R. (2017a): “Phéniciens et indigènes en contact à l’embouchure du Tage, Portugal”, *Folia Phoenicia* 1: 243-251.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C. e SOARES, R. (2017b): “O Cabeço Guião (Cartaxo – Portugal): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo”, in S. Celestino Pérez e E. Rodríguez González (eds.), *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica (Anejos de Archivo Español de Arqueología LXXX)*: 319-362. Mérida.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; GOMES, J. e DETRY, C. (2018): “Chões de Alompé (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas”, *Spal* 27 (2): 201-227.
- AUBET SEMMLER, M. E.; CARMONA GONZÁLEZ, P.; CURIÀ BARNÉS, E.; DELGADO HERVÁS A.; FERNÁNDEZ CANTOS, A. y PÁRRAGA FERNÁNDEZ, M. (1999): *Cerro del Villar I. El asentamiento fenicio en la desembocadura del Guadalhorce y su interacción con el hinterland (Arqueología Monografías 5)*, Sevilla.
- BARROS, L. e SOARES, A. M. (2004): “Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal)”, *O Arqueólogo Português, Série IV*, 22: 333-352.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. e SABROSA, A. (1993): “Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada”, *Estudos Orientais* 4: 143-181.
- CARDOSO, G. (1991): *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*, Cascais.
- CARDOSO, G. e ENCARNAÇÃO, J. (2013): “O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais”, *Cira – Arqueologia* 2: 133-180.

- CARDOSO, J. L. e CARREIRA, J. R. (1997-1998): "A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada)", *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 7: 189-217.
- CARDOSO, J. L. e SILVA, C. T. (2012): "O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras)", *O Arqueólogo Português*, Série V, 2: 355-400.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F. e ANDRE, C. (2010-2011): "O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras)", *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 75-102.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B.; SOUSA, E.; BUGALHÃO, J. e SEQUEIRA, M. J. (2017): "Caracterização mineralógica de cerâmicas da Idade do Ferro de Lisboa (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros)", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 20: 71-82.
- ENCARNAÇÃO, J. e CARDOSO, G. (2017): "O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais)", in J. M. Arnaud e A. Martins (eds.), *Arqueologia em Portugal. 2017 - Estado da Questão*: 955-966. Lisboa.
- FILIPE, V.; CALADO, M. e LEITÃO, M. (2014): "Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa. O caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei", in A. M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, vol. 2: 736-747. Lisboa.
- FIGUEIRAL, I. (1998): "O Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas): a contribuição da antracologia", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1 (2): 73-80.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2019): "Rumbo a poniente: el comercio de ánforas turdetanas en la costa atlántica de la península ibérica (siglos V-I a.C.)", *Archivo Español de Arqueología* 92: 119-153.
- GUERRERO AYUSO, V. M. (1991): "El palacio-santuario de Cancho Roano (Badajoz) y la comercialización de ánforas fenicias indígenas", *Rivista di Studi Fenici* 19 (1): 49-81.
- GUTIÉRREZ LÓPEZ, J.; SÁEZ ROMERO, A. e REINOSO DEL RÍO, M. (2013): "La tecnología alfarera como herramienta de análisis histórico: reflexiones sobre los denominados 'prismas cerámicos'", *Spal* 22: 61-100.
- LEEUWAARDEN, W. e JANSSEN, C. R. (1985): "A preliminary palynological study of peat deposit near an oppidum in the lower Tagus valley", in *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico* 2: 225-235. Lisboa.
- MORENO MEGÍAS, V. (2017): *Del Campo a la Ciudad: la producción y comercialización de recipientes anfóricos en el Bajo Guadalquivir durante la II Edad del Hierro* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha), Sevilla.
- OLAIO, A. (2015): *Ánforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada)* (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edição policopiada), Lisboa.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978): "Tipología y cronología de las ánforas preromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla)", *Habis* 9: 365-400.
- PIMENTA, J. (2005): *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)* (Trabalhos de Arqueologia 41), Lisboa.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2008): "Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge)", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11 (2): 171-194.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2010-2011): "Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira", *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 591-618.
- PIMENTA, J.; CALADO, M. e LEITÃO, M. (2005): "Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (2): 313-334.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e MADEIRA, F. (2009): "O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12 (2): 177-208.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E. e MENDES, H. (2012): *O acampamento romano do Alto dos Cacos - Almeirim*, Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. e SOARES, R. (2014): "Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)", *Magos* 1: 39-57.
- PIMENTA, J.; SOUSA, E. e AMARO, C. (2015): "Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da *Olisipo* pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18: 161-180.
- RAMON TORRES, J. (1995): *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental* (Col·lecció Instrumenta 2), Barcelona.
- RAMON TORRES, J.; SÁEZ ESPLIGARES, A.; SÁEZ ROMERO, A. e MUÑOZ VICENTE, A. (2007): *El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto (San Fernando, Cádiz)* (Arqueología Monografías 26), Sevilla.
- SÁEZ ROMERO, A. (2013): "Talleres cerámicos en *Gadir* en época postcolonial ¿un modelo alfarero excepcional?", in D. Bernal, L. C. Juan, M. Bustamante, J. J. Díaz y A. M. Sáez (eds.), *I Congreso Internacional de la SECAH. Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*, vol. 1 (Monografías Ex Officina Hispana I): 215-250. Cádiz.

- SOUSA, E. (2009): *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve* (Cadernos da Uniarq 4), Lisboa.
- SOUSA, E. (2014): *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo* (Estudos & Memórias 7), Lisboa.
- SOUSA, E. (2015): "The Iron Age occupation of Lisbon", *Madriider Mitteilungen* 56: 109-138.
- SOUSA, E. (2017): "Percorrendo o Baixo Tejo: regionalização e identidades culturais na 2ª metade do 1º milénio a.C.", in S. Celestino Pérez e E. Rodríguez González (eds.), *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica* (Anejos de *Archivo Español de Arqueología* LXXX): 295-318. Mérida.
- SOUSA, E. (2018): "A tale of two (?) cities: Lisbon and Almaraz at the dawn of the Iron Age", *Rivista di Studi Fenici* 46: 137-151.
- SOUSA, E. e ARRUDA, A. M. (2010): "A gaditanização do Algarve", *Mainake* 32 (2): 951-974.
- SOUSA, E. e GUERRA, S. (2018): "A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge", *Saguntum* 50: 57-88.
- SOUSA, E. e PIMENTA, J. (2014): "A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro", in R. Morais, A. Fernández y M^a.J. Sousa (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Actas del II Congreso Internacional de la SECAH - Ex Officina Hispana*, vol. I (Monografias Ex Officina Hispana II): 303-316. Porto.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. e DORADO-ALEJOS, A. (2020): "Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal)", *Spal* 29 (1): 129-156.
- SOUSA, E. e PINTO, M. (2016): "A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recolhimento/Beco do Leão", *Apontamentos de Arqueologia e Património* 11: 59-67.
- SOUSA, E.; SARRAZOLA, A. e SIMÃO, I. (2016): "Lisboa pré-romana: contributos das intervenções arqueológicas na Rua da Madalena", *Apontamentos de Arqueologia e Património* 11: 69-79.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H. e ARRUDA, A. M. (2017): "A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal)", *Cira Arqueologia* 5: 9-32.



Colección Spal Monografías Arqueología
Editorial Universidad de Sevilla

LAS ÁNFORAS TURDETANAS



Esta monografía reúne una serie de trabajos destinados a revisar y actualizar el conocimiento sobre la producción de ánforas derivadas de los prototipos fenicios arcaicos en el cuadrante suroccidental de la península ibérica durante la II Edad de Hierro y los primeros siglos de la presencia romana. Estos recipientes, que se denominaron indistintamente “ánforas turdetanas”, “iberoturdetanas” o “iberopúnicas”, con el fin de diferenciarlas de los envases genuinamente púnicos manufacturados en Gadir y en su área de influencia, suelen compartir un aire de familia como resultado de su origen común en la tradición alfarera próximo-oriental. A partir de la revisión de los estudios pioneros de carácter ceramológico que el profesor Manuel Pellicer Catalán desarrolló tomando como base los hallazgos de Cerro Macareno, se constata hoy que la geografía de la producción sobrepasa los límites de la antigua Turdetania, ya que se extiende hacia la costa mediterránea, por un lado, y hacia el litoral atlántico, por el otro. Los trabajos contenidos en esta monografía modifican sensiblemente el panorama científico sobre las “ánforas turdetanas” mucho más allá de la mera identificación de tipos, fases y áreas productoras, y no solo actualizan la tipología propuesta por Pellicer, sino que pretenden sentar las bases documentales, conceptuales y metodológicas que permitan en el futuro establecer una genealogía de estas producciones.

